

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **0010029-70.2017.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro (Antecipação de Tutela / Tutela Específica)**
Requerente: **Claudemir Donizetti Saldanha**
Requerido: **Editora Tres Comercio de Publicações Ltda**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, *caput*, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

D E C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou ser assinante de revistas junto à ré, tendo manifestado a ela o seu desejo em não renovar tais assinaturas.

Alegou ainda que a ré continuou fazendo cobranças a esse título sem qualquer justificativa, de sorte que deseja a devolução em dobro do montante já pago.

A ré em contestação confirmou a realização dos pagamentos impugnados pelo autor, de resto corroborados pelos documentos de fls. 06/11, mas não logrou demonstrar que tivesse lastro para tanto.

Limitou-se a assentar que o autor de espontânea vontade aderiu às contratações, bem como que o arrependimento posterior não lhe daria amparo ao reembolso na forma dobrada (fl. 21, quarto parágrafo).


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

Todavia, sequer se pronunciou sobre os fatos articulados pelo autor e tampouco disponibilizou o teor dos protocolos indicados a fls. 01/02 pertinentes aos contatos em que os cancelamentos das assinaturas foram feitos e refeitos, com garantia de que a restituição dos valores já descontados aconteceria.

Não foi o que se deu, porquanto apenas a iniciativa da ré nessa direção foi tomada em decorrência da decisão de fls. 12/13, item 1.

A conjugação desses elementos denota que o acolhimento da postulação vestibular se impõe.

O autor manifestou expressamente à ré que não desejava renovar as assinaturas em apreço, mas ela prosseguiu em cobranças indevidas.

Bem por isso, é de rigor a devolução das importâncias pagas à ré, o que se fará na forma do art. 42, parágrafo único, do CDC.

Na verdade, como por duas vezes a ré foi cientificada do desinteresse do autor em dar sequência à relação jurídica que mantinham e mesmo assim insistiu nas cobranças, cessando-a somente por determinação judicial, fica claro que obrou de má-fé, dando margem à incidência daquele preceito normativo.

Observo, porém, que a condenação da ré não se fará no patamar pretendido pelo autor, pois ele próprio reconheceu a verificação dos lançamentos a crédito em seu favor das importâncias de R\$ 539,84 e R\$ 478,80 (fl. 40, segundo parágrafo), representativas da totalidade dos contratos, de sorte que será de um lado reembolsado pelo que efetivamente foi pago e, de outro, serão evitados novos pagamentos.

Significa dizer que a condenação da ré abarcará os acréscimos do quadro de fl. 03 (R\$ 12,06) somados ao que advém da aplicação da regra do art. 42, parágrafo único, do CDC (R\$ 509,06), perfazendo R\$ 521,12.

Consigno, por oportuno, que aqueles acréscimos são devidos pela inércia da ré e pela necessidade de completa recomposição patrimonial do autor, ao passo que a restituição em dobro não é afetada por isso.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré a pagar ao autor a quantia de R\$ 521,12, acrescida de correção monetária, a partir do ajuizamento da ação, e juros de mora, contados da citação.

Torno definitiva a decisão de fls. 12/12, item 1.

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, *caput*, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intimem-se.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA de São Carlos
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

São Carlos, 20 de novembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**